



O PLANEJAMENTO E A PRÁTICA DO ENSINO COMO UM ATO POLÍTICO

**Alda Ap. Mastelaro Hayashi*

**Andréia Bendine Gastaldi*

RESUMO

O artigo trata de uma reflexão sobre o planejamento e a prática do ensino, vistos como um ato político-pedagógico que, conseqüentemente, exige do docente uma postura bem definida politicamente. Procura alertar para que os planejamentos sejam encarados como um discurso a ser colocado em prática e que estes interferirão na vida das pessoas para as quais se planeja.

PALAVRAS-CHAVE: Planejamento; Prática de Ensino.

ABSTRACT

The article is a reflection on teaching planning and practice seen as a political-pedagogical action, which consequently demands a well determined attitude on the part of the teacher. The work alerts that planning should be seen as a speech to be put into practice and that it will interfere in the lives of those they are aimed at.

KEY-WORDS: Planning; Teaching Practice.

INTRODUÇÃO

A prática do ensino, aparentemente neutra, reveste-se de características ideológicas quando analisada dentro de uma visão moderna de educação, uma vez que toda ação educativa, por ser consciente e intencional, representa uma postura política, sendo o professor responsável pelo que está propondo.

Planejar revela, então, a intenção da prática educativa, envolvendo homens e mulheres situados num dado momento histórico, dentro de determinada cultura e reflete a visão que o educador tem da realidade.

* Docente do Curso de Enfermagem da UniFil.

Mestre em Assistência de Enfermagem pela UFSC/UFPR.

E-mail: alda@dilk.com.br

E-mail: gastaldi@sercomtel.com.br

SILVA & MOREIRA (1995, p.141) afirmam que:

...para se construir uma sociedade nova é preciso criticar/desconstruir o modelo neoliberal em curso, que exclui grandes contingentes da população, e criar/reconstruir uma sociedade que se paute pela inclusão de todos que contribuem com o seu trabalho para a produção de riquezas, independente de sua classe social, gênero, raça e etnia. Esta nova sociedade será uma sociedade multicultural, em que a diferença não mais será o estigma, assumindo a sua enriquecedora potencialidade.

A prática do ensino não é uma ação alienada e arbitrária como muitos de nós a estamos praticando, mas é um guia flexível de intenções políticas e educativas. Utilizando-se da lógica, RAYS (1989) chega ao seguinte raciocínio: o ato de planejar o ensino é um ato pedagógico; o ato pedagógico é um ato político; por conseguinte, o ato de planejar o ensino é um ato político.

Podemos dizer que ao fazer a leitura do mundo, o homem utiliza seu próprio repertório, passando a interpretar a realidade de maneira pessoal. Seus conceitos e valores interferem nessa leitura e sua prática educativa revela esta representação do real, que muitas vezes não são representações objetivas, por isso o professor tem que repensar a dimensão política da ação educativa, que requer pensar a ação social, com grande interferência ideológica.

Ideologia, segundo SANTAELLA (1980), é um sistema de representações (imagens, mitos, idéias e conceitos) dotados de uma experiência e de um papel histórico na sociedade. Portanto, toda e qualquer prática existe através e sob uma ideologia, estando presente em todos os atos e gestos dos indivíduos. Temos que entender que nossos limites são reais, mas são a nossa prática, e podemos lutar contra a corrente da hegemonia do liberalismo para iluminá-lo.

Em suma, as ideologias são sistemas de representações sociais que abrangem as idéias (políticas, jurídicas, morais, religiosas, estéticas e filosóficas) dos homens de uma determinada sociedade, pois os homens interagem entre si e com o mundo dentro da ideologia. Esta, então, é que forma a consciência, as atitudes e os comportamentos dos homens para amoldá-los às condições de sua existência social.

O docente pode ampliar conscientemente o nível de sistematização do seu trabalho, tornando-o mais intencionalmente político. Isso é possível uma vez que a neutralidade não existe e, segundo VERON (1970), a objetividade da ciência não consiste em reduzir a subjetividade do homem à ciência.

Essa visão supera a nossa idéia de planejamento e prática do ensino tidos

como um ato mecânico de programar conteúdos a serem desenvolvidos, elaborar conteúdos a serem atingidos, decidir sobre a metodologia a ser empregada e realizar uma avaliação conseqüente.

RAYS (1989) propõe cinco momentos para conseguir que o planejamento contemple essa ação política. **O primeiro momento** reside em entender a realidade social onde esse processo se realiza, ou seja, a escola e a comunidade. **O segundo momento** faz um retrato do educando, através do diálogo crítico, envolvendo o educador e os alunos. De posse desses dados que superam a identificação do nível socio-econômico-cultural dos alunos, o educador inicia **o terceiro momento**, que trata dos objetivos e do conteúdo. **O quarto momento** está ligado ao estabelecimento de propostas de situações didáticas, com a participação conjunta de professor e alunos, no sentido de atingir a produção, redescoberta e a redefinição do conhecimento. **Por último**, mas fazendo parte de todas as fases do processo educativo, está a avaliação. Nesse momento de reflexão, devemos levar em conta o homem que a educação quer promover, o tipo de profissional que se quer formar e a sociedade em que este desenvolverá suas atividades.

No entender de FRIGOTTO (1994, p.187), a construção dos bens, da ciência é um produto coletivo, fruto da humanidade e deveria estar à disposição de todos, e não ao alcance de poucos privilegiados.

Creemos ser necessário questionar nossos valores e nosso modo de pensar individualista: não lutamos e não pensamos historicamente, deixando que apenas o Estado ou os outros façam algo para mudar a sociedade. Observa-se um conformismo demonstrado pela aceitação de situações como a inversão de papéis nas políticas educacionais, visto que hoje cabe ao Estado apenas o controle em observância à política estabelecida, e à sociedade civil, a execução dos programas de ação.

Fica a proposta, então, de que nossos próximos planejamentos serão encarados como um discurso a ser colocado em prática já que, como discurso, ele estará interferindo na vida das pessoas para as quais estamos planejando e, por isso, é necessária uma posição bem definida politicamente, ou seja, devemos assumir uma posição clara e não ficar “sobre o muro”.

O PROFESSOR NO COTIDIANO DA SALA-DE-AULA

Quem gosta de ensinar, vive o cotidiano entre o estar em sala-de-aula e o preparar-se para a sala-de-aula. O que é, então, a sala-de-aula?

Sala-de-aula é o espaço de ensino onde se repetem duas lendas gregas, cada uma envolvendo seu herói: Sísifo e Prometeu. *Sísifo* nasceu condenado a rolar uma grande pedra ao pico de uma montanha donde ela recaía sem cessar.

Era eterna sua condenação. *Prometeu* empreende um trabalho à primeira vista mais extraordinário. Sobe aos céus, rouba fogo dos deuses e cria com sua força a primeira civilização (BUZZI, 1974, p.30).

Nós, professores, nos assemelhamos a *Sísifo* quando todas as semanas, meses e anos repetimos, de alguma forma, várias vezes, conteúdos ensinados às mais diversas turmas. É claro que, mesmo repetindo este ato, rolamos a pedra de formas variadas. Também nos assemelhamos a ele pelo eterno recomeço e pela energia dispendida nesse recomeçar cotidiano.

Incorporamos algo, também, de *Prometeu* quando, ao roubar fogo dos deuses, construímos junto com o aluno o conhecimento novo. Isso ocorre quando, no repetir do dia-a-dia, atingimos ambigualmente o extraordinário daquele momento em que: um aluno que possuía dificuldades, consegue melhorar; nos voltamos mais para ele e obtemos bons resultados; abordamos um assunto numa nova perspectiva e, assim, sucessivamente. E quando um aluno que dizia não ter entusiasmo pela disciplina que lecionamos, de repente, afirma estar entusiasmado? É aí que o extraordinário da vida escolar se revela.

Mas, como é que vou conduzir a sala-de-aula? Com autoridade, respondem, mas sem autoritarismo. É MORAIS (1996, p.24) quem nos diz: ... *autoridade tem a ver com liderança, e nada tem a ver com chefia; entendendo-se que líder é aquele que se propõe e é aceito, enquanto chefe é aquele que se impõe por um recurso de poder.*

E, como saber se estamos agindo corretamente, se somos bons professores? O bom professor lidera e, de forma sutil, conduz democraticamente as atividades da sala de aula, respeitando os sujeitos ali presentes, sem perder a condução do processo de ensino, incentivando cada aluno, orientando-os no processo pedagógico e, por gostar de ensinar, realimenta-se da energia que se faz presente na sala de aula. *O professor concebe o processo educativo como tendo o aluno por centro* (SAVIANI, 1983, p.40).

Conforme FREIRE (1997, p.53), ... *ensinar não é transferir conhecimento, mas sim criar possibilidade para sua construção e sua produção. Quando você ensina, você forma e se forma; quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender.* Ensinar exige segurança, competência profissional e generosidade. Ensinar é uma especificidade humana.

Mas, quem é esse ser humano, o nosso aluno? No dizer de SARTRE, citado por CYRINO & PENHA (1988, p.43), no homem, a existência precede a essência. *É o homem que, no decorrer da existência, define a sua essência.* É, portanto, pela educação que o ser humano se faz e se determina a ser cada vez melhor. Aí, esse filósofo coloca a responsabilidade em cada um de nós, pois é pela existência que nos realizamos como seres humanos. Para SARTRE,

ainda, o ser humano é também *ser-para-o-outro*. *O que somos para nós mesmos é o que os outros vêem em nós. A gente se vê pelo olhar do outro*. Assim, a educação se concretiza nesta relação, entre o meu *eu* e o *eu* do outro, e é nesta rica troca coletiva das subjetividades que a aprendizagem se realiza.

SARTRE ainda argumenta que a liberdade é a característica humana determinante por excelência. *A liberdade não é nem ato gratuito, nem arbítrio absoluto. Ser livre significa poder escolher relativamente em uma realidade concreta que me condiciona e estabelece um número limitado de alternativas* (CYRINO & PENHA, 1988, p.45).

A liberdade é uma liberdade sob condição. As condições sociais, econômicas, políticas e filosóficas, isto é, humanas, são necessárias à liberdade, tanto quanto o ar é necessário para que o pássaro exerça a sua liberdade de voar. É a liberdade, a característica humana básica que deve ser respeitada pelo professor ao relacionar-se com seus alunos, lembrando que estamos preparando sujeitos para viverem democraticamente em sociedade. Assim, queremos acreditar que nós, professores, sejamos *Sísifo* e *Prometeu*. Herói grego se oculta no outro, pois, no repetir diário, buscamos o encontro com o extraordinário. O ordinário nos alimenta com a sua quietude e o extraordinário, com a sua luminosidade.

O PAPEL DO PROFESSOR NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO

Ao analisarmos as perspectivas da educação dentro de um contexto mais global, o que se observa nos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, como o Brasil, é a interferência do Banco Mundial, através de diretrizes para as políticas governamentais, objetivando a redução dos gastos públicos, condição necessária ao pagamento da dívida externa, e também à adequação educacional. Estas diretrizes são utilizadas pelos dominantes do mercado, como forma de fortalecer a hegemonia ideológica necessária à manutenção do regime de acumulação flexível.

Neste sentido, observamos o autoritarismo e a esperteza do governo que, por orientação do Banco Mundial, vem reduzindo gradativamente os recursos de financiamento da educação, utilizando como estratégia a participação cada vez maior dos pais na administração das escolas, conseguindo, além da contribuição financeira, a participação da comunidade como forma de neutralizar protestos que possam surgir da sociedade e dos sindicatos.

O pior disto tudo é que, normalmente, a escola reproduz as relações sociais vigentes, através da formação da força de trabalho e da propagação da ideologia dominante, e, muitas vezes, tem como uma das funções garantir a exploração

dos trabalhadores e reforçar e perpetuar a dominação capitalista. Concordamos com SAVIANI (1983, p.42) quando diz que *o professor não é, pois, outra coisa senão um agente da exploração, porta-voz dos interesses dominantes, laçao da burguesia*. Mas nós, professores, não conseguimos compreender essa crítica, de sermos considerados agentes da exploração quando, na verdade, nos sentimos a primeira vítima da exploração, pois, afinal, o nosso trabalho não está sendo crescentemente desvalorizado? Não estamos sendo cada vez mais proletarizados? Então, se somos nós os explorados, como podemos ser acusados de exploradores? Mas a lógica da acusação mostra o argumento: o professor é explorado para explorar; é dominado para dominar. É explorado na sua boa fé. Enquanto pensamos que estamos colaborando com os outros, que estamos ajudando os alunos, tanto mais eficazmente estamos cumprindo a função da dominação.

Talvez não tenha remédio, mas o melhor que se poderia fazer para tentar reverter o quadro que se instaura seria, através do conhecimento da situação política desde a comunidade local, do município, do estado, do país e do mundo, compreendermos o processo de globalização. Desenvolver a capacidade de discernimento na escolha dos governantes resultaria na possibilidade de evitar maiores prejuízos, como o que vem ocorrendo com os grupos econômicos, governos e até com camadas da sociedade.

Para SAVIANI (1988, p.43),

...a tênue chama da esperança se aviva e se transforma em farol que aponta o caminho: a luta pela expansão de escolas, pela ampliação do tempo diário de permanência das crianças na escola, pela eliminação dos índices de evasão e repetência, de modo a convertê-la em instrumento eficaz de conteúdos significativos a todas as crianças das classes trabalhadoras; em suma, a luta por transformar a educação e a escola em instrumentos de reapropriação do saber por parte dos trabalhadores, potencializando, assim, a sua capacidade de organização, de reivindicação e de pressão.

Cada vez mais se impõe a necessidade de uma luta mais global, lutar para transformar o local de trabalho e, simultaneamente, todo o mundo; lutar na relação com o Estado e além dele.

Em qualquer que seja o contexto em que o homem esteja inserido, não deve abdicar do seu direito humano de dirigir e produzir sua existência, porém não de forma voluntária e ingênua, mas com o aprofundamento do conhecimento

das questões históricas.

Concluimos com as palavras de NUNES (1998, p.38) ao afirmar que *o conhecimento de como ocorre a globalização nos faz buscar a compreender a ação e o trabalho de educadores, militantes em sua necessidade de manterem-se vivos como seres humanos na possibilidade de sonhar e concretizar sonhos.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BUZZI, A. R. **Introdução ao pensar: o ser, o conhecer, a linguagem.** 4.ed. Petrópolis: Vozes, 1974.
2. CYRINO, H.; PENHA, C. **Filosofia hoje.** 4.ed. Campinas: Papyrus, 1988.
3. FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1997.
4. FRIGOTTO, G. Fundamentos de um projeto político-pedagógico. *In:* SAVIANI, D. **A educação brasileira.** São Paulo: Cortez, 1994.
5. MORAIS, R. de **Sala de aula: que espaço é esse?** 10.ed. Campinas: Papyrus, 1996.
6. NUNES, A. do R. C. **A natureza do trabalho docente como mediação da relação orgânica entre e escola.** Curitiba, 1998. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Paraná.
7. RAYS, O. A. **Planejamento de ensino: um ato político-pedagógico.** Cadernos didáticos: Curso de Pós-Graduação em Educação/ Universidade Federal de Santa Maria/RS, 1989.
8. SANTAELLA, L. **Produção de linguagem e ideologia.** São Paulo: Cortez, 1980.
9. SAVIANI, D. Tendências e correntes da educação brasileira. *In:* MENDES, D. T. (Org.). **Filosofia da educação brasileira.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.
10. VERON, E. **Ideologia, estrutura e comunicação.** São Paulo: Cultrix, 1970.